

## RETÓRICA DE CORTE NO PRIMEIRO HUMANISMO EM PORTUGAL

NAIR NAZARÉ CASTRO SOARES

**Palavras-chave:** Primeiro Humanismo Português, retórica e educação integral, oratória civil e afirmação do poder régio, armas e letras, universalidade épica da nação lusa.

**Keywords:** First Portuguese Humanism, rhetoric and integral education, civil art of oratory and royal power, arms and letters, epic universalism of the Portuguese nation.

O homem do Renascimento apreendeu o sentido essencial da retórica, assumida como valor de relação humana e meio de expressão da consciência humanística. E foi numa afirmação de complementaridade do ideal enciclopédico e do ideal retórico, de inspiração clássica, que se impôs uma concepção aristocrática de cultura, a que as cortes europeias da época davam resposta (Vassoli 163ss; Nair, *Príncipe* 246-290).

Eugenio Garin, o conceituado estudioso do Humanismo Renascentista, interrogado pela revista *Panorama*, afirmava: “Se dovessi dire nel modo piu semplice qual è il vero elemento centrale della cultura rinascimentale, direi che è la scoperta del valore della diversità” (129).

Esta asserção, tão feliz, deve ser encarada de diferentes modos. Difícil é, na verdade, descobrir na produção literária deste tempo uma doutrina filosófica comum: o movimento humanista não é na sua substância filosófico, embora tenha fortes implicações e consequências filosóficas, como acentua P. O. Kristeller (*Classics* 22). Pode afirmar-se, contudo, que, apesar do assumir da diferença, da diversidade, a nível individual e colectivo — de que nos dão testemunho, em Itália, a Academia platónica de Florença e a Escola aristotélica, na linha do Averroísmo, de Pádua —, se torna princípio unificador deste movimento cultural a crença no valor do homem e nas humanidades, no ressurgir do mundo antigo, de que a retórica se tornou um instrumento privilegiado.

É que, apesar do já designado “individualismo” renascentista, um traço comum de inspiração ciceroniana preside ao ideal humano do *Quattrocento*: a síntese da filosofia e da retórica, a combinação da

eloquência e da sabedoria<sup>1</sup>. Neste ideal se irmanam humanistas europeus, da Inglaterra à Alemanha, aos Países Baixos, à França e à Hispânia, um John Colet, um Rodolfo Agrícola e um Erasmo, um Lefèvre d'Étaples, um Budé, um Luís Vives e um Aires Barbosa, para falar apenas de nomes representativos do primeiro Humanismo.

Se cada geração tem a sua própria mensagem que pode resumir-se a aprender do passado, sem deixar de ser original, nenhuma melhor do que esta idade foi capaz de traduzir a aprendizagem do passado, os seus ideais estéticos e o seu pensamento, pondo-os em confronto com os novos conhecimentos, com a experiência que aclarou ou anulou certas concepções e ideias feitas, veiculadas pelos autores antigos.

A influência do *Quattrocento* italiano, com a sua forte componente retórica, posta ao serviço do humanismo cívico e pedagógico, manifestou-se em Portugal desde a dinastia de Avis.

Vários foram os factores que a propiciaram. Entre eles, as relações com a corte de D. João II de Castela, em ligação, por afinidade familiar, com o reino de Nápoles de Afonso V, o Magnânimo – paradigma do “príncipe umanizzato” do Renascimento. Ou ainda a presença da cultura italiana, na corte de Borgonha da Duquesa Isabel, filha do nosso rei D. João I — casada com Filipe o Bom, duque da Borgonha e conde da Flandres. Esta corte, a mais brilhante e faustosa da Europa, mantinha ao seu serviço portugueses cultos<sup>2</sup> e acolhia uma verdadeira escola de artistas de iluminuras, de que é testemunho o *Livro de Horas do rei D. Duarte*; e contava ainda com uma das bibliotecas mais famosas do tempo. Mas é

---

<sup>1</sup> Vide Alain Michel (1969), *La philosophie politique à Rome d'Auguste à Marc-Aurèle*. Paris. Idem (1960), *Les rapports de la rhétorique et la philosophie dans l'oeuvre de Cicéron: recherches sur les fondements philosophiques de l'art de persuader*. Paris.

<sup>2</sup> Vide D. Gallet-Guerne (1974), *Vasque de Lucène et la Cyropédie à la cour de Bourgogne (1470). Le traité de Xénophon mis en français d'après la version latine du Pogge*. Étude, édition des livres I e V. Genève: 15 e sqq.; G. Looten (1938), “Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne et comtesse de Frandre”, *Revue de littérature comparée* 49: 5-22; Ch. C. Willard (1967), “Isabel of Portugal patroness of Humanism?”, *Miscellanea di studi e ricerche sul Quattrocento francese*, a cura di Franco Simone, Torino: 517-544.

Entre as figuras do séquito de D. Isabel de Portugal, está Afonso de Lucena, médico da princesa. O filho, Vasco de Lucena, pôde estudar nas universidades de Colónia e Paris e foi chamado a colaborar na educação do príncipe, o futuro Carlos o Temerário. Foi também Vasco de Lucena tradutor para francês de obras de autores clássicos, como os *Faits d'Alexandre* de Quinto Cúrcio (1468) e a *Ciropedia* de Xenofonte, feita a partir da tradução latina de Poggio Bracciolini, com o título *Traité des faictz et haultes provesses de Cyrus* (1470). Vasco de Lucena não pode confundir-se com o humanista Vasco Fernandes de Lucena, que integrou o escol de humanistas da corte dos Príncipes de Avis e desempenhou funções políticas e diplomáticas importantes, no tempo dos reis D. Afonso V e D. João II.

sobretudo o contacto directo de D. Pedro, o Infante das Sete Partidas, com a cultura europeia, e designadamente com o humanismo italiano, que permitiu o desabrochar dos ideais humanistas, em Portugal.

A nova era, a que a corte de Avis serviu de pórtico, caracteriza-se já por um enorme interesse pela formação dos cidadãos, à semelhança do famoso “humanismo cívico” florentino, que empenhou figuras como Coluccio Salutati, que se tornou chanceler de Florença, o seu discípulo Leonardo Bruni, tradutor incansável de Aristóteles e de muitos outros autores da literatura grega para latim, o filósofo Marsilio Ficino, tradutor latino de Platão, e ainda os representantes de todos os domínios da cultura, num ambiente artístico e intelectual vivíssimo, de que é exemplo paradigmático Leon Battista Alberti.

São, na verdade, os primeiros humanistas italianos, empenhados na vida pública das suas cidades e na formação integral dos concidadãos, os mentores de uma educação aristocrática. Foi também esse espírito de serviço da comunidade que levou os ínclitos infantes ou o escol intelectual do país a verterem os autores clássicos de latim em “lingoajem”, «por aproveitar aos portugueses amadores de virtude que nom som, ou ao diante nom forem latinados», como declarava o infante D. Pedro, na carta dedicatória, que introduz a sua versão do *Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram*, a primeira tradução do latim feita em Portugal (Piel 1948). O afã de tradutores de obras clássicas, especialmente Cícero e Séneca, de tratados de arte militar, de panegíricos imperiais, é indício seguro das preocupações de um país de aspiração ultramarina, apostado em acertar o passo com os grandes centros culturais europeus (Matos: 499-592).

Nas suas viagens pela Europa (1424-1428) — Inglaterra, Flandres, Hungria, Itália (Veneza, Pádua, Florença e Roma) — o Infante D. Pedro relaciona-se com humanistas italianos, tais como Ambrogio Traversari, que lhe dedica a tradução do *De Prouidentia* de S. João Crisóstomo<sup>3</sup>, e Pier Paolo Vergerio (1370-1444), que conheceu na corte de Segismundo da Hungria.

Foi Vergerio autor de uma obra ‘Sobre os nobres costumes e os estudos liberais da juventude’, o *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* (1402), o primeiro tratado pedagógico, na verdadeira acepção da palavra, quer pelo teor prático da sua doutrina, quer pela real

---

<sup>3</sup> Não poderemos ignorar que Ambrogio Traversari, integrado no círculo de amigos de famosos pedagogos do *Quattrocento*, é autor de uma vasta correspondência com o escol intelectual da época, documentário seguro e indispensável para se avaliar a pedagogia praticada na “Giocosa” de Vittorino da Feltrre.

divulgação que conheceu em toda a Europa. A partir deste tratado de Vergerio, impunham-se, como cartilha de educação aristocrática, a obra de Cícero, que, no seu sincretismo, fazia a síntese do pensamento retórico e filosófico da Antiguidade grega; a *Institutio oratoria* de Quintiliano e o *De liberis educandis* de Plutarco, obras que se tornaram verdadeiro *Vademecum* da pedagogia humanista, em moldes modernos.

O tratado de Vergerio, que privilegiava a formação do carácter sobre a aquisição cumulativa de conhecimentos, verdadeiro lema da educação moderna – que, em pleno humanismo, Montaigne consagra na expressão “plutôt une tête bien faite que bien pleine” e os jesuítas traduzem sentenciosamente no ideal *Non multa ad multum* —, conheceu a maior divulgação nos séculos XV e XVI, a ajuizar pelas centenas de manuscritos e pelas mais de trinta edições incunabulares<sup>4</sup>.

Traduziu o tratado de Vergerio, a pedido do Infante D. Pedro, Vasco Fernandes de Lucena. Esta tradução, hoje perdida, mas que figurava ainda entre os livros da biblioteca de D. João V, terá tido grande influência na cultura portuguesa, em geral, e designadamente na orientação humanística da dinastia de Avis.

Além da obra de Vergério, Vasco Fernandes de Lucena verte “em linguagem” os tratados de Cícero e o *Panegírico* de Trajano de Plínio-o-Moço, que difundem o ideal do orador e de homem de estado<sup>5</sup>. Este humanista português — que fora embaixador de D. Duarte ao concílio de Basileia e ao papa Eugénio IV, e de D. João II ao papa Inocência VII — e que ainda vivia no tempo de Cataldo, que a ele alude na sua correspondência, foi um dos tradutores mais activos dos autores clássicos, ao serviço dos ideais pedagógicos e cívicos dos príncipes de Avis<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> É curioso observar que uma colectânea da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (cota: R-10-13) contém oito peças de autores diferentes e entre elas figuram o *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* de Vergério e uma cópia manuscrita da oração de Salvador Fernandes ao 2º Marquês de Vila Real, D. Fernando de Meneses.

<sup>5</sup> Vasco Fernandes de Lucena revela já o gosto da correcta e elegante expressão na língua do Lácio, tão característica do humanismo renascentista. Prova-o a sua correspondência com Poggio Bracciolini, no sentido de melhorar o estilo de latim, a sua arte oratória. A orientação a seguir, aconselha o humanista italiano, era a leitura assídua de Quintiliano e, sobretudo de Cícero. Vide as três cartas de Poggio Bracciolini a Vasco Fernandes de Lucena, contidas no *Cod. Plut.* n.º 720, c.85b, c.96a, c.109a da Biblioteca Laurenziana de Florença.

<sup>6</sup> Entre 1421 e 1427, encontra-se em Portugal, em missão diplomática (concluída em 1431), Alonso de Cartagena, futuro Bispo de Burgos, tradutor de Cícero e Séneca, cuja permanência em Itália e convívio com humanistas famosos são bem elucidativos da sua cultura e gosto pelos valores do humanismo nascente. Ao rei D. Duarte dedica a tradução

Apesar de estes príncipes protegerem a cultura literária e escreverem eles próprios obras de formação cavaleiresca ou de reflexão filosófica, de divulgarem os clássicos latinos, de promoverem a reestruturação das instituições educativas, políticas e religiosas e de darem incremento à política da expansão oceânica não se poder falar, nesta época, senão de proto-humanismo, mais ideológico do que filológico.

Afirma-se então o gosto pelos romances de cavalaria, pelos tratados de educação de príncipes e por uma produção historiográfica, em que as acções de figuras individuais de reis e senhores servem de paradigmas e *exempla*<sup>7</sup>. Quebrada a tradição da poesia lírica trovadoresca, cabe agora a estas obras em prosa, com uma função didáctica e exemplar, a apologia do ideário da própria dinastia, sem raízes numa lúdima sucessão hereditária. Elas desempenham um papel significativo na consolidação do conceito de Estado e na definição dos direitos e deveres de governantes e governados.

O ensino em Portugal, apesar das medidas tomadas no sentido da sua modernização e actualização, apresenta-se ainda carenciado em relação à Europa. Reconhece-o o Infante D. Pedro, o mais culto da ínclita geração: no *Livro da Virtuosa benfeitoria*, dentro da sua concepção ética dos “deveres do senhoryo”, e ainda na famosa carta de Bruges, escrita entre 1425 e 1426, que apresenta um programa político de renovação cultural. Dirigida ao futuro rei D. Duarte, nela tece D. Pedro considerações de singular interesse sobre uma reforma estrutural profunda do ensino, conforme o modelo dos Colégios de Paris e Oxford, que então visitara. Em seu entender, não só o clero possuiria uma instrução mais sólida, benéfica ao desempenho do seu *munus*, como ainda se corrigiria o povo, cresceriam os letrados e as ciências, o que seria muito proveitoso à administração régia. É notável a modernidade do seu pensamento pedagógico, antropológico e sócio-político, expresso embora numa lógica discursiva, própria das *quaestiones* medievais. Apesar disso, a sua prosa é semeada de

---

do primeiro livro do *De inuentione* do Arpinate e um *Memoriale uirtutum*, baseado na Ética de Aristóteles. Vide e. g. T. González Rolán; A. Moreno Hernández, Pilar Saquero Suárez-Somonte (2000), *Humanismo y Teoría de la Traducción en España e Italia en la primera mitad del siglo XV. Edición y estudio de la Controversia Alphonsiana (Alfonso de Cartagena vs. L. Bruni e P. Candido Decembrio)*. Madrid: 194- 205.

<sup>7</sup> Lembro, de Fernão Lopes, as Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I; de Zurara, a Crónica da tomada de Ceuta e a Crónica dos feitos da Guiné, um verdadeiro panegírico da figura do Infante D. Henrique, caracterizado pelos seus dotes intelectuais e rodeado de sábios; de Rui de Pina, as Crónicas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Destinadas a relatar as proezas cavaleirescas e os feitos heróicos dos grandes senhores são as Crónica do Infante D. Fernando, de Frei João Álvares, e as Crónicas de D. Pedro de Meneses e de D. Duarte de Meneses, de Gomes Eanes de Zurara.

expressões de um colorido e de uma graça imagética surpreendentes (Nair, *Virtuosa* 289-314).

Muito embora se afigure notável este interesse em proceder à reforma da universidade portuguesa, de acordo com as necessidades da época, continua a observar-se a presença dos nossos estudantes nas universidades estrangeiras, nomeadamente em Itália (Costa 253-254; Martins 407-448).

Talvez devido a interesses consolidados e a certa resistência dos costumes — tem-se observado — nem D. Duarte, nem o Infante D. Henrique, como protector da Universidade, nem o próprio Infante D. Pedro, nos curtos anos da sua regência, levam a efeito tal reforma.

A Universidade portuguesa, produto da sensibilidade e das concepções científicas medievais, mantivera, desde a fundação por D. Dinis até ao século XV, a mesma estrutura e o mesmo plano de estudos. Com o Infante D. Henrique por protector, vai adquirir instalações próprias e o seu plano curricular vai ser reestruturado e revitalizado com o ensino integral das sete artes liberais, como estipula na famosa carta de 12 de Outubro de 1431; a partir de então, vai incluir, além das *artes sermocinales* do *trivium*, as disciplinas do *quadrivium* (a Aritmética, a Geometria, a Astronomia e a Música) e a Filosofia Natural e Moral, ou seja, a filosofia de Aristóteles. Assim se contemplavam o estudo científico e a observação da natureza, saberes indispensáveis à empresa dos Descobrimentos. Apesar disso, a reforma henriquina não terá vingado completamente, e a situação do ensino superior não conheceu progressos significativos.

Quando, em 1508, os “Estatutos Manuelinos” ratificam o que constituiria a estrutura formal dos cursos de Artes, apenas se referem a Gramática e a Lógica e não incluem a Retórica.<sup>8</sup>

Na verdade, a abertura ao movimento humanista e aos novos métodos pedagógicos não se fez sem uma certa resistência da instituição universitária. Foi sobretudo na corte, e dentro do mecenatismo régio ao ensino dos nobres, que, tanto em Portugal como na Espanha, a modernidade no ensino das *humaniores litterae* se impôs definitivamente.

Desde a dinastia de Avis, a corte torna-se o grande centro cultural,

---

<sup>8</sup> Documenta já esta *ratio studiorum*, o primeiro discurso pronunciado numa universidade portuguesa, em 1 de Outubro de 1504, que chegou até nós. Cf. D. Pedro de Meneses (1964), *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa (Oratio habita a petro menesio comite alcotini coram Emanuele Serenissimo Rege in scholis ulyxbonae)*, ed. de A. Moreira de Sá e tradução de Miguel Pinto de Meneses: 46-47. Assim se comprova o maior incremento dado à Retórica e às Humanidades, no ensino da corte do que na instituição universitária.

incentivando a criação literária e a prática da leitura. Formam-se as primeiras bibliotecas, como as de D. Fernando e D. Duarte. De Itália vêm os educadores de D. Afonso V, Estêvão de Nápoles e Mateus de Pisano. Este humanista escreve sobre a guerra de Ceuta o *De bello Septensi*, considerado o primeiro texto latino de teor humanístico.

Mais tarde, já no reinado de D. João II, chega Justo Baldino, que seria encarregado de cantar em latim a gesta lusa, sem que levasse a efeito tal empresa. Tudo evidencia como o reino português se preparava, a passo firme, para o alvorecer da Idade Moderna.

D. Afonso V, louvado pela sua cultura intelectual, organiza, no Paço da Alcáçova, em Lisboa, o núcleo da futura Livraria Real, que abre, pela primeira vez as portas ao público<sup>9</sup>.

Os nobres, sobretudo, mandavam educar os filhos para fora do reino, facto que levou os procuradores do povo a pedirem a D. Afonso V, nas cortes de 1473, e a D. João II, nas de 12 de Novembro de 1481, que se limitassem as tenças e pensões régias concedidas aos estudantes.

No último quartel do século XV, em 1485, chega a Portugal Cataldo Parísio Sículo, que é considerado o introdutor do Humanismo entre nós. Doutor em Direito Civil e Pontifício pela Universidade de Ferrara e mestre na de Bolonha — a sua Bolonha que tantas vezes evoca com saudade —, deixou a Itália e veio para a afamada corte de Portugal, onde serviu como pedagogo e secretário latino, *orator regius*, durante os reinados de D. João II e D. Manuel<sup>10</sup>.

A personalidade de Cataldo e a sua sintonia com o ideário que tão

---

<sup>9</sup> Sousa Viterbo J. M. (1904), “A cultura intelectual de D. Afonso V”, in *Arquivo Histórico Português* 2: 255, afirma: «Ele tinha a paixão dos livros, estimava as ciências e as artes e comprazia-se no convívio e correspondência dos eruditos do seu tempo, a quem incitava nos seus trabalhos, galardoando-os merecidamente».

<sup>10</sup> Na qualidade de *orator regius* redigiu numerosas cartas em latim, ao serviço dos reis D. João II e D. Manuel. Foi ainda no desempenho desta honrosa função que pronunciou, a 28 de novembro de 1490, em Évora, junto à porta de Avis, em nome da cidade, a oração de entrada da princesa Isabel, primogénita dos Reis Católicos e esposa do malogrado príncipe Afonso, filho de D. João II, que viria a falecer tragicamente, por queda do cavalo, a 13 de Julho de 1491. Pronunciada a solene oração, Évora foi cenário, até ao Natal, das festas de celebração do casamento dos príncipes, onde acorreu o país inteiro. Vide Cataldi Siculi *Oratio habita a Cataldo in aduentu Elisabeth Principis Portugaliae, ante ianuam urbis Eborare*, in *Epistolae et orationes quaedam Cataldi Siculi*, fols. A ij-A iij v°. Esta oração e a que Cataldo compôs, por ordem do rei D. Manuel para a entrada solene em Santarém da rainha D. Maria, irmã de D. Isabel, que não chegou a ser proferida, mereceram um estudo moderno. Vide Cataldo Parísio Sículo (1974): *Duas orações*: Prólogo, tradução e notas de M. Margarida B. Gomes da Silva. Introdução e revisão de A. Costa Ramalho. Coimbra.

profundamente marcou esta época são bem conhecidas através da obra que nos legou. Com esta figura se prende o que de mais seguro e documentado se conhece sobre a cultura humanística, no primeiro humanismo em Portugal.

É sobretudo desde o tempo de D. João II e D. Manuel que a corte portuguesa se torna permeável ao movimento humanista. Estes reis rodeiam-se de letrados, designadamente juristas, que preparam os regimentos das diversas instituições, pilares do Estado centralizado, e ainda de homens de ciência, matemáticos, cosmógrafos, astrónomos, homens com conhecimentos teóricos e práticos na arte de navegar e cartografar, que tornam possível o prosseguimento e o êxito da expansão ultramarina.

O saber dos antigos e sua *aemulatio* e *imitatio*, nos diferentes géneros literários, o conhecimento empírico e o exotismo dos novos mundos, a gesta lusa, em verso e em prosa, a literatura dramática que ensina e deleita a nobreza, nos seus serões palacianos, vão merecer, no Renascimento português, divulgação universal na língua latina, ou na “vulgar” e nobre língua materna, através da nova arte da imprensa, conhecida entre nós desde finais do século XV<sup>11</sup>.

O movimento humanista italiano influencia, de forma directa, diplomatas, letrados e eclesiásticos, que tomam parte em embaixadas e concílios, e sobretudo os estudantes que frequentam as Universidades de Bolonha, Pisa, Florença, Pádua, Ferrara, Siena e Roma. Nestas universidades de Itália, onde floresciam as *humaniores litterae*, estudam os três filhos do chanceler João Teixeira — Luís, Álvaro e Tristão, dos quais se distinguiu como notável jurisconsulto e homem de letras Luís Teixeira, que foi mestre de D. João III e mereceu os elogios de Erasmo em *Chrysostomi lucubrationes* (1527) —, Aires Barbosa, Henrique Caiado, D. Garcia de Meneses, Martinho de Figueiredo, entre os principais. Viriam

---

<sup>11</sup> Papel basilar, no Renascimento, desempenha a imprensa, cuja invenção Garcia de Resende saúda, na sua *Miscelânea*, nestes termos: “E viimos em nossos dias/ ha letra de forma achada/ com que a cada passada/ crescem tantas livrarias/ e ha sciencia he augmentada”. Cf. Garcia de Resende (1994), *Livro das Obras de Garcia de Resende*, edição crítica, estudo textológico e linguístico por Evelina Verdelho, Lisboa. *Miscellanea*, est. 179: 570. Além de obras de devoção, ou ligadas à prática religiosa, ou à prevenção das doenças, os livros que mais frequentemente são editadas, nos finais do séc. XV, princípios do XVI, são relativos à arte de mear, gramáticas, cartilhas de aprender a ler, catecismos, e as *Epistolae et orationes* de Cataldo, saídas a lume a 21 de Fevereiro de 1500, nos prelos de Valentim Fernandes. Cf. Artur Anselmo (1981), *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: 289-332.

eles abrir caminho a muitos outros que, ajudados por D. Manuel e D. João III, se formariam nas escolas mais famosas de então<sup>12</sup>.

São estes humanistas, eclesiásticos e juristas portugueses entusiastas decididos da renovação da cultura em Portugal, seguidores dos métodos filológicos de Lorenzo Valla e Angelo Poliziano, e intérpretes do espírito cívico que impregnou a sensibilidade dos homens do *Quattrocento*. Assim se ia formando um escol de intelectuais que seria o suporte da administração régia, cada vez mais burocratizada<sup>13</sup>.

Os *studia humanitatis* deixam de limitar o seu âmbito aos *auctores* medievais e abrem-se à literatura, à filosofia e até à arte da Antiguidade Clássica: o novo *curriculum*, alargado à história, à poesia, à ética e às artes da pintura, escultura, arquitectura e desenho, figura já no *Panepistemon* de Angelo Poliziano.

Dando-se o maior valor ao elemento pessoal, a filosofia moral torna-se um traço característico da vida intelectual deste período, de par com o conhecimento da história e do direito, disciplinas que preparam para a vida activa (Kristeller, “Umanesimo” 391). Fizera-se ouvir a voz de Cícero, no *De oratore* (1.5), que acreditava na importância da lição dos antigos, na força dos seus *exempla*, no conhecimento do direito civil, por isso os recomendava na formação do orador.

Em Espanha, florescia a Universidade de Salamanca com seus mestres de renome, tais como António de Nebrija, o português Aires Barbosa, Hernán Nuñez de Gusmán e os italianos Lúcio Marineo Sículo e Pedro Mártir d'Anghiera. A par do ensino superior institucionalizado, a corte castelhana tornara-se, no seu fervor cultural, uma verdadeira escola de humanidades. Nela ensinou, a convite da rainha, desde 1488, o humanista Pedro Mártir d'Anghiera, que teve por aluno D. Jaime, duque de Bragança, por ocasião do seu exílio, no reinado do nosso rei D. João II.

Em Portugal, no entanto, no último quartel do século XV, por ocasião da chegada de Cataldo à corte de D. João II, há já homens cultos e peritos na língua latina. Entre eles, D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, filho de

---

<sup>12</sup> A Universidade de Salamanca, em Espanha, e as de Itália, que têm a preferência dos portugueses durante o século XV, vão cedendo lugar, embora não completamente, no século XVI, a Lovaina e às universidades francesas, onde viriam a estudar humanistas como André de Resende, Damião de Góis e os reformadores do ensino em Coimbra, Frei Brás de Barros e Frei Diogo de Murça. Cf. Nair N. Castro Soares, “Humanismo e Pedagogia”, *Miscelânea em honra da Doutora Maria Helena da Rocha Pereira. Humanitas* 47 (1995): 799-844.

<sup>13</sup> Vide N. J. Espinosa Gomes da Silva. *Humanismo e direito em Portugal no séc. XVI*, Lisboa, 1964.

D. Duarte de Meneses e neto de D. Pedro de Meneses, primeiro governador de Ceuta e primeiro conde de Vila Real. Páginas de história panegírico-épica nos legou Gomes Eanes de Azurara, nas crónicas particulares dedicadas a cada uma destas figuras: *Cronica de D. Pedro de Meneses* e *Cronica de D. Duarte de Meneses*<sup>14</sup>.

É D. Garcia de Meneses paradigma do ideal de intelectual e de guerreiro, figura da hierarquia eclesiástica e diplomata régio junto da Santa Sé, que avulta pela sua cultura e pela coragem do seu braço armado contra o turco. É no exercício das suas funções diplomáticas que, em 31 de Agosto de 1481, profere um discurso dirigido ao Papa Sisto IV que rivaliza em estilo narrativo com os humanistas italianos. Empenhado em edificar, engrandecer o seu nome e o de sua família, a sua pátria e a cristandade, assim fala, com orgulho, dos seus ascendentes e suas façanhas, da glória de seu avô e daqueles que “encontraram virilmente a morte, lutando pela fé”, seu pai e seu irmão<sup>15</sup>.

Neste discurso inflamado pelo ardor posto na guerra contra o turco e pelo proselitismo cristão — não é despiciendo lembrar quanto a guerra africana contribuiu para preservar a Europa do ataque muçulmano —, se reconhecem não poucos motivos, caros a Camões, n’*Os Lusíadas*.

Ao ouvir D. Garcia de Meneses discursar, em Roma, em 1481, o humanista Pompónio Leto manifestou o seu assombro, que nos é relatado em carta de Gaspar Barreiros — publicada em apêndice à sua *Corografia* —, dirigida de Évora a Jorge Coelho, em 28 de Abril de 1553. Gaspar Barreiros conta ao seu amigo que o Cardeal Sadoletto lhe oferecera «espontaneamente uma coisa que há muito procurava com empenho», isto

<sup>14</sup> Sobre estas duas personalidades não faltam relatos históricos. Além da *Crónica da tomada de Ceuta*, que pretende ser a narração completa deste feito, empreendida a partir de testemunhos orais daqueles que nela intervieram, e do *De bello Septensi* de Mateus de Pisano sobre o mesmo tema, Zurara escreve crónicas particulares de cada uma destas personagens, *Crónica de D. Pedro de Meneses*, primeiro capitão de Ceuta depois da conquista, redigida entre 1458 e 1463, e a *Crónica de D. Duarte de Meneses*, capitão de Alcácer Seguer, composta entre 1464 e 1468, última das produções de Zurara.

<sup>15</sup> Discurso ao Papa Sisto IV (1481) in A. Costa Ramalho (2<sup>a</sup>1994), *Latim Renascentista em Portugal – Antologia*. Prefácio, selecção, versão do latim e notas de, Coimbra: 15-18. Refere-se, neste discurso, a seu avô D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real e primeiro governador de Ceuta; a seu pai D. Duarte de Meneses, conde de Viana, primeiro governador de Alcácer-Ceguer, que morreu em combate em 1466, ao cobrir a retirada de D. Afonso V que ficou a dever-lhe ter escapado com vida (Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. CLVI) e a D. Henrique de Meneses, seu irmão, capitão de Arzila, que morreu em combate contra os mouros em 1480. D. Henrique é mencionado na *Arcitige* (vv. 357-361), poema épico sobre a conquista de Arzila de Cataldo Parísio Sículo.

é, a “oração pronunciada mais ou menos há oitenta anos por D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, perante o Sumo Pontífice Sixto IV, e impressa no mesmo ano em Roma pelo processo calcográfico”.

D. Garcia de Meneses é, sem dúvida, entre nós, um homem de cultura superior, antes da entrada efectiva do Humanismo em Portugal<sup>16</sup>. Apesar de ocupados na guerra de África, seu avô e seu pai não descuidaram a preparação nas armas e nas letras da sua descendência, de que é exemplo acabado D. Garcia de Meneses, que foi estudante em Itália.

Outras figuras se destacaram, nesta época, entre nós: Vasco Fernandes de Lucena, o Chanceler-mor do reino João Teixeira, Salvador Fernandes, ou ainda João Rodrigues Sá de Meneses, alcaide-mor do Porto<sup>17</sup>.

Neste último quartel do século XV, período seminal de conquista e afirmação da utilidade da arte oratória, marcado pela colonização dos demais saberes, algumas destas figuras da corte dão-nos, nos seus discursos, uma prova inequívoca da existência entre nós de uma oratória civil (Pereira 293ss).

No reinado de D. João II (1481-1495), desde o seu *alevntamento* e sobretudo desde as cortes de Évora-Viana (1481-1482), em que se afirma a centralização do poder real, a *ars dicendi*, marca do humanismo nascente, é colocada ao serviço da ideologia do poder real. Ganha prestígio, ao lado do pregador da corte, a figura do orador régio, com preparação clássica e competência retórica na língua latina. Nestas cortes, que marcam o início do governo e da afirmação incontestável da autoridade do “Príncipe Perfeito”, faz a *arenga* da sessão régia inaugural — como já a fizera no *alevntamento* deste rei — o orador oficial, o humanista de idade veneranda, «muito distinto e letrado dentro do seu veludo preto», Vasco Fernandes de Lucena (Sousa 525; Mendonça 195). Neste discurso deliberativo, exalta o significado da obediência prestada ao rei por grandes

---

<sup>16</sup> Sabe-se que D. Garcia de Meneses, regressado de Itália, se envolve activamente na conjura do Duque de Viseu contra D. João II, tendo sido vítima dela e morrido, provavelmente, envenenado.

<sup>17</sup> Vasco Fernandes de Lucena, que, na sua longa vida, vemos ao serviço dos príncipes da “Inclita geração” e de D. João II, sendo referido na correspondência de Cataldo; ou ainda o Chanceler-mor do reino João Teixeira, cujos filhos foram alunos de Ângelo Poliziano, em Florença; ou Salvador Fernandes, laureado com a licenciatura nos Direitos Pontifício e Cesário, que pronunciou uma oração de entrada de D. Fernando de Meneses, 3º Marquês de Vila Real, na capital do seu marquesado; ou ainda João Rodrigues Sá de Meneses, alcaide-mor do Porto — que Sá de Miranda elogia, por realizar a perfeita união das armas e das letras — tradutor de Ovídio e poeta do *Cancioneiro Geral*, além de autor de um diálogo ao estilo humanista, o *De platano*.

e prelados, por fidalgos e povos, recorrendo a argumentos jurídicos, bíblicos e aos autores da Antiguidade, quando, por exemplo, enaltece os costumes dos persas, no que respeita à grandeza conferida à majestade real, de que fala Heródoto — que se torna um tópico da historiografia greco-latina, a que recorre também D. Jerónimo Osório, no seu *De regis institutione et disciplina* (1572), ou quando refere a obediência e menagem como um dever de justiça, baseado na *Rhetorica ad Herennium* (livro III, cap. IV), ou no *De inuentione*, livro II (160-161) de Cícero (Chaves 72).

Dentro da mesma estratégia de fortalecimento do poder real, é a elevação ao marquesado do 3º Conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses. A oração proferida pelo Chanceler João Teixeira, em Beja, no primeiro dia de Março de 1489, para honrar D. Pedro de Meneses, que recebe o novo título de Marquês de Vila Real, é, neste particular, bem expressiva. Derrubadas as casas de Viseu e de Bragança, e consolidado o poder do soberano, atinge-se o ponto alto do “período de afirmação” do poder absoluto do rei, na designação de Manuela Mendonça (373-380). O significado político deste acto não passou despercebido aos cronistas de D. João II, como Rui de Pina (cap. 37) e Garcia de Resende (cap. 78).

A própria função do orador, chanceler-mor do reino, com amplos poderes judiciais e alto valor político, confere *auctoritas* a este acto: a oração epidíctica, cujo alarde de cultura humanística se adequava admiravelmente à prosápia dos Meneses, foi proferida perante o rei D. João II, o Príncipe Afonso, o duque de Beja que será o futuro D. Manuel, e de toda a corte. Significativa se torna a *commemoratio* do rei, que coloca modernos e antigos na mesma cadeia de exemplaridade, e celebra, na tradição das *chriae*, tanto o agir como o dizer: têm amplo desenvolvimento o elogio das virtudes do soberano, em armas e letras, o seu amor à cultura, por ter em casa “um peritíssimo mestre” para ensinar o seu filho — uma alusão a Cataldo, seu aliado na expulsão da barbárie —, a esmerada educação aristocrática dada ao Príncipe, a defesa das *humaniores litterae* e a diligência posta em expulsar a barbárie, ao “sostentar letrados e doutos”. Encarece, por último, os grandes serviços prestados à coroa pelo conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses.

A *laus* do novo Marquês — que se integra na exaltação do poder real, que a figura de D. João II personifica, de que são documento as anteriores orações de Vasco Fernandes de Lucena — é feita de acordo com todos os *loci* da retórica epidíctica (Arist., *Retórica*, 1360b) que inclui os bens internos e externos, com especial realce para a sua linhagem, que em antiguidade e ascendência régia se coloca ao mais alto nível: o das derrubadas casas dos duques de Viseu e de Bragança. Enaltecem-se os

serviços prestados à coroa pelo Marquês e pelos seus antepassados, para quem D. Afonso V tem uma dívida de gratidão, pela sua acção na guerra com Castela e nas batalhas no Norte de África. Era a consagração pública da casa de Vila Real com consequências políticas e culturais assinaláveis.

Escrito em português, este discurso teve singular importância, ao longo do século XVI. Foi traduzido para latim pelo filho do seu autor, Luís Teixeira, versão esta que seria de novo trasladada para vernáculo, em meados de Quinhentos, pelo humanista Miguel Soares, ao serviço do quarto marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses<sup>18</sup>.

Não há dúvida de que estas peças de oratória civil, no dealbar do humanismo renascentista português, nos dão a marca da cultura da corte e da progressiva centralização do poder no reinado do “Príncipe Perfeito”. É pela mão deste monarca que a casa de Vila Real atinge o seu fastígio político, que, em breve, se fará acompanhar do maior prestígio intelectual e cultural.

É no tempo de D. Fernando de Meneses, 2º Marquês de Vila Real e de sua esposa, D. Maria Freire, mulher culta da nobreza, que esta casa acolhe e dá lustre ao nascente humanismo, de carácter filológico, na pessoa de Cataldo e seu magistério<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Vide Miguel Soares (1562), *Obra que contem huma Oração do Doutor Luys Teixerira, feyta quando fizerã o cõde dõ Pedro de Meneses, Marquês de vila Real. E o traslado della em Portugues, por o mestre Miguel Soares: dirigida ao illustrissimo Principe, & excelente Senhor dõ Miguel de Meneses. IIII. Marquês de vila Real.* Coimbra, João Álvares; Matos, Luís de (1991), *L'Expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance.* Lisboa: 569. A versão latina e a retroversão do discurso quatrocentista foram publicadas nos prelos conimbricenses de João Álvares, Impressor da Universidade, em 1562.

<sup>19</sup> Eram alunos dilectos de Cataldo D. Pedro de Meneses e D. Leonor de Noronha, filhos de D. Fernando de Meneses, 2º marquês de Vila Real, e de D. Maria Freire, que residiam na *felicissima vila* ribatejana de Santarém, a preferida de Cataldo, entre todas as cidades portuguesas. A D. Leonor se refere o humanista, em carta a D. Manuel, afirmando que pode rivalizar com o irmão D. Pedro, na língua latina. À sua perícia de latinista se deve a tradução da *Coronica Geral de Marcantonio Cocio Sabelico* (Vide a tradução de latim para português da *Coronica geral de Marco António Cocio Sabelico desde o começo do mundo até nosso tempo*, Coimbra, João de Barreira e João Álvares, 1550).

D. Leonor e muitas outras figuras femininas da nossa nobreza devem às referências de Cataldo, na sua obra, a fama de cultas e de conhecedoras da língua latina: a rainha D. Leonor, esposa de D. João II, protectora de Gil Vicente; a Infanta D. Joana, a Santa Joana princesa de Aveiro; D. Maria Freire, marquesa de Vila Real, mãe de D. Pedro e de D. Leonor; a rainha D. Maria, esposa de D. Manuel.

A educação feminina de raiz italiana, a que Luis Vives deu grande impulso, como teorizador pedagógico e como mestre de princesas, é uma realidade entre nós muito antes da já designada «Academia feminina portuguesa» de D. Maria, a filha de D. Manuel. É este um testemunho vivo da educação ministrada entre nós, tal como em Itália, Espanha e

Cataldo vai dar um novo impulso à pedagogia e à cultura no nosso país, sob a égide da corte e da nobreza. Notável é “o seu contributo para a introdução do humanismo e para a actualização do nosso País com a cultura literária da Europa mais adiantada, a partir da fonte que era a Itália” (Sículo 11).

A grande abertura ao Humanismo de matriz italiana, ao longo de sucessivas décadas, não bastaria para comprovar a afirmação e difusão do humanismo em Portugal. Necessária se tornava a renovação dos estudos, segundo o programa humanista, os métodos pedagógicos da educação nova, que caracterizam este movimento, tanto na Gramática como na Retórica, como na produção de textos literários.

Apesar do ambiente favorável da corte portuguesa, decisivo para a propagação do Humanismo, estes novos métodos pedagógicos impuseram-se não sem algum conflito, ou mesmo resistência da instituição universitária, tanto em Portugal como em Espanha. Provam-no os epigramas de Aires Barbosa, o humanista de Aveiro, o “Mestre grego”, que no seu ensino na Universidade de Salamanca se empenhou na *expulsio barbariei*. Ou, entre nós, a polémica contra a barbárie gótica e a crítica aos negociantes do “trigo sarmiento” de Pastrana assumida por Estêvão Cavaleiro, no *Prologus da sua Noua grammatices marie matris dei uirginis*, que visava escoliastas pastranos, renitentes à inovação, responsáveis pela sua expulsão da Universidade de Lisboa. Ou o próprio Cataldo que se afirma, no seu quintilianismo, como o representante aúlico desta luta pela modernidade. A cada passo, exprime Cataldo o seu orgulho em ser filho da Itália, berço da cultura, “onde foi descoberta não só a arte oratória mas, como todos sabem, jorram as fontes das restantes ciências”<sup>20</sup>, e acima de tudo “onde o valor é escudo de si próprio”<sup>21</sup>. Fá-lo sobretudo como protesto do seu próprio mérito de humanista, do seu papel na “expulsão da barbárie”, ou como denúncia amarga da incompreensão,

---

Inglaterra, às filhas da aristocracia, a que a teorização de Leonardo Bruni, no seu *De studiis et litteris liber* tinha dado o tom.

<sup>20</sup> Vide a carta (*Epistolae I*, d iij) dirigida a D. Diogo de Sousa, o nobre eclesiástico que foi deão da capela de D. João II e mais tarde bispo do Porto e arcebispo de Braga. Cf. A. Costa Ramalho (1997), *Estudos sobre a época do Renascimento*. Lisboa: 96.

<sup>21</sup> Vide a «Lamentação» em verso, escrita entre 1495 e 1499 e dirigida a D. João Manuel, o sentencioso camareiro-mor do *Cancioneiro Geral: Querimonia ad Ioannem Emmanuelem*, in *Poemata*, fol. k iijj-l; reimpr. *Conquestio ad Dominum Ioannem Emmanuelem Regis Emmanuelis Primum Cubicularium*, in D. António Caetano de Sousa (1954), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo VI, ii parte, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra: Tomo VI, ii parte, 182-183.

ciúme e ignorância de certas pessoas que lhe são hostis na corte portuguesa<sup>22</sup>.

Só por finais do século XV, a pouco e pouco, e não por via institucional, se verifica uma mudança de perspectiva e de conteúdos no ensino gramatical: com a lição de Quintiliano, os humanistas reforçam a ligação da Gramática à Retórica, de forma a transformar um saber meramente linguístico em disciplina de estudos literários; o ensino da retórica, ou a retoricização da gramática, orienta-se no sentido da aquisição da *eloquentia*. A *recte loquendi scientia* deixa-se contaminar pela *ars bene dicendi*, em que gramática, retórica, dialéctica e poesia se interpenetram e confluem, numa identificação de objectivo comum (Percival 303-330).

É esta a lição que nos apresenta o discípulo de Cataldo, D. Pedro de Meneses, 2º Conde de Alcoutim, na sua oração de 1504, marco indelével na história da pedagogia e da oratória<sup>23</sup>.

Cataldo, mestre na língua latina, melhor prosador do que poeta, edita as suas *Epistolae et orationes*, que vêm a lume em Lisboa, nos prelos de Valentim Fernandes da Morávia, a 21 de Fevereiro de 1500 — um documento precioso para o estudo do Humanismo em Portugal.

A Cataldo se deve o primeiro manifesto, publicado em Portugal, em defesa do latim humanístico contra a barbárie estilística do latim medieval, na linha de Lorenzo Valla. Este manifesto surge da pena do introdutor do Humanismo em Portugal, em carta dirigida a D. Fernando de Meneses, Marquês de Vila Real, escrita em fins de 1499 ou em janeiro/fevereiro de 1500 (Ramalho 41-53). Nesta epístola, ataca a barbárie medieval e certos *theologiculi*, ‘teólogos de meia-tigela’ que a defendem, e faz o louvor dos

---

<sup>22</sup> Estas confissões e desabafos sobre mestres, educadores, historiadores, oradores oficiais e poetas áulicos encontram-se, por exemplo, na referida «Lamentação» dirigida a D. João Manuel e principalmente nas cartas endereçadas a D. Diogo de Sousa, que lhe serve de escudo nas horas difíceis Cf. A. Costa Ramalho: 31; A. Costa Ramalho (1997), *Estudos sobre a época do Renascimento*. Lisboa: 83-105.

<sup>23</sup> D. Pedro de Meneses, embora ensinado pelo mestre, proferiu em 1499, com doze anos apenas, duas orações públicas em latim, segundo costume italiano, uma na Universidade de Lisboa e outra perante o rei. E aos dezassete anos encarregava-se da oração de abertura solene das aulas, na mesma Universidade, em 1 de Outubro de 1504, o primeiro discurso pronunciado numa universidade portuguesa, na presença do rei D. Manuel, que chegou até nós. Esta oração, publicada no segundo volume das *Epistolae* de Cataldo, mereceu uma edição moderna de A. Moreira de Sá e tradução de Miguel Pinto de Meneses. Além da prestimosa ajuda do Sículo na elaboração destes discursos, teria pesado na mestria intelectual do jovem aristocrata o ambiente de sua casa, onde era proibido falar português (Vide a oração que Salvador Fernandes profere em honra de D. Fernando de Meneses, na entrada no seu marquesado de Vila Real, em 1509 (Ramalho 113).

poetas e entre todos Virgílio. Nela há ainda um pormenor a salientar: Cataldo defende a afinidade, se não mesmo a identificação, entre Retórica e Poética e faz a defesa da Poesia, alegando diversas autoridades. Entre elas, figura S. Basílio Magno, autor do opúsculo intitulado, na tradução latina de Leonardo Bruni Aretino, *De legendis antiquorum libris*. Os autores cristãos da Patrística são assim considerados a par dos clássicos. Além disso, é aconselhada, “para inteligência da Sacra Página”, a leitura dos escritores e poetas da Antiguidade pagã.

A lição dos poetas, que vai a cada passo ser seguida pelos tratadistas pedagógicos, desde o *Quattrocento*, é enaltecida pelos autores do primeiro humanismo italiano — tais como Boccaccio no seu *De genealogia deorum*, considerado já a *magna charta* da nova dignidade universal conquistada pelas letras, ou Coluccio Salutati, em *De laboribus Herculis*, ou ainda Enea Silvio Piccolomini, futuro papa Pio II, no *De liberorum educatione*. Era a lição de Aristóteles, que ditara a Horácio o valor didáctico, ético, filosófico e lúdico da poesia, o poder de unir *utile dulci*, pois *aut prodesse uolunt aut delectare poetae* (Hor. *Ars poetica*, v. 343 e 333).

D. Fernando de Meneses (1463-1524), 1º conde de Alcoutim e 2º marquês de Vila Real, que acolhe Cataldo e faz dele mestre de seus filhos, é bem o representante da velha nobreza, orgulhosa dos seus pergaminhos e dos seus privilégios, aberta ao saber, à cultura humanística e à educação moderna<sup>24</sup>.

Cataldo, chamado de Itália por D. João II, para educar o seu filho bastardo D. Jorge, de seis anos de idade, irá beneficiar outros rebentos da aristocracia, com o seu ensino, o que lhe valeu ser designado, na palavra de Joaquim de Carvalho, “o educador da nobreza portuguesa” (Carvalho 29ss). É no seu magistério, no seu programa cultural, nos seus métodos pedagógicos de ensino directo dos autores latinos que Cataldo teve um papel decisivo na abertura de Portugal ao Humanismo.

Cataldo educara D. Jorge, em letras e em costumes, desde 1487 a 1495, ano da morte de D. João II. A esta primeira educação, a *puerilis institutio*, que tem por objectivo a aquisição de bons hábitos, a formação

---

<sup>24</sup> Modelares são os estudos que dedicou a este representante da ilustre casa de Vila Real, no Renascimento, Jean Aubin, nosso saudoso mestre na École Pratique des Hautes Études de Paris. Vide Jean Aubin (1983), *Vieille noblesse et temps nouveaux. D. Fernando de Meneses, 2º marquis de Vila Real (1463-1524)*. Paris; Jean Aubin (2006), “Vieille noblesse et temps nouveaux. Les amertumes du 2º marquis de Vila Real”, in: *Le Latin et l’astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*. Éd. posthume par M. C. Flores; Luís Filipe R. Thomas; Françoise Aubin. Paris: 61-101.

do carácter, no que respeita à moral individual e social, dão o tom Quintiliano e Plutarco, tal como os humanistas do Primeiro Humanismo italiano preceituavam e todos os pedagogos europeus do Renascimento não se cansavam de repetir. Plutarco<sup>25</sup> — inspirado em Platão, designadamente nas *Leis* e no *Ménon* — no seu tratado *De liberis educandis*, e ainda em opúsculos morais como *An uirtus doceri possit*, ou *De audiendis poetis*, servirá de suporte, a par de Quintiliano, à primeira educação e à formação da juventude.

Quintiliano, inspirado em Cícero, vai propor, na sua *Institutio oratoria* (1.10.6), uma *ratio studiorum*, adequada à aquisição da sabedoria, a *enkyklios paideia*, que não se destina, geralmente, a preparar especialistas, futuros pedagogos, mas a formar integralmente a pessoa humana, física, intelectual e moralmente.

É, enfim, a instrução enciclopédica que Crasso reclama no *De oratore* ciceroniano, e a formação moral que lhe associa Quintiliano. Numa palavra, o ideal humano que a Antiguidade greco-latina transmitira, sobretudo a partir das sínteses feitas por Cícero, Quintiliano e Plutarco, constitui a essência da mensagem pedagógica dos humanistas do *Quattrocento*, que perdura ao longo de todo o Renascimento, e informa um dos aspectos mais salientes do humanismo cívico, da *ciuillis scientia*, fundamento da vida pública (Nair, *Príncipe* 99-188).

No estrito domínio retórico e filológico, depois das primeiras décadas de Quinhentos, em que se assiste à renovação do ensino gramatical, orientado para a aquisição da eloquência latina, a década de trinta vai assistir à consolidação do estatuto da arte oratória como disciplina autónoma, em que se impõe o método da escola renano-flamenga da pedagogia do humanismo do Norte da Europa, o *modus parisiensis*, que dominou no ensino da retórica em Portugal e na Europa<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Os *Moralia* de Plutarco são verdadeiro manancial de inspiração de educação aristocrática. Vide, além destes opúsculos, e.g. *De uita et poesi Homeri*, ou *Ad principem ineruditum*, ou *De adulatore et amico*, ou ainda os *Regum et imperatorum apophthegmata*, as *Vitae paralelae*, as vidas exemplares de gregos e romanos. Nestas biografias sobressai a de Alexandre, secundada pelo opúsculo *Alexandri Magni fortuna aut uirtute* que são fonte de verdadeiros *tópoi* literários, recorrentes na tratadística pedagógica. Alexandre, educado por Aristóteles — cuja ânsia de fama e de renome adquire um valor paradigmático no *Pro Archia* de Cícero e na *Sátira X* de Juvenal —, é o modelo do guerreiro, que alia a coragem e o ideal heróico da honra à cultura.

<sup>26</sup> Essa reforma profunda do ensino é levada a cabo pelo rei D. João III, em várias cidades do país e designadamente em Coimbra, para onde transferiu a Universidade em 1537 e onde fundou o Colégio das Artes, em 1548, que dá uma sólida preparação aos alunos que ingressam na Universidade.

O processo formativo do homem, a sua educação integral, privilegiava a componente retórica, indispensável à capacidade oratória, à arte da palavra do *homo urbanus*, que se distinguia pela *nobilitas morum*, pela cultura, pelo trato e gostos elegantes, tal como preceituava, em finais do *Quattrocento*, Giovanni Pontano no *De sermone libri sex*. Texto inaugural na reflexão europeia sobre a força civilizadora da palavra, sobre a arte da conversação, como fenómeno ético e estético, o humanista da corte aragonesa de Nápoles — também ele autor de um diálogo retórico, *Actius*, sobre o estilo em prosa e em verso — propõe no *De sermone* o ideal de homem urbano e cortesão, instruído e agradável, *vir doctus et facetus*, e aponta como estratégia o paciente trabalho de reeducação civil, através da prática viva dos valores da cultura humanística, suporte do modelo do “vivere civile”.

Este discurso pedagógico de Giovanni Pontano, não se cinge apenas à esfera privada e ao culto da personalidade individual, mas tem um alcance muito mais vasto, ao ter como objectivo primeiro dar regras de conduta à sociedade aristocrática, transformando o cavaleiro feudal, em “gentiluomo” moderno. Este discurso arquetípico anuncia já os temas desenvolvidos pelos três grandes livros do modelo italiano de urbanidade, *Il Libro del Cortegiano* di Baldassarre Castiglione (1528), *Il Galateo* (1558) di Giovanni Della Casa e *La Civil conversazione* (1574) di Stefano Guazzo<sup>27</sup>.

O sentido da *urbanitas* que as *humaniores litterae* conferem é também entre nós, no Renascimento, posto ao serviço dos anseios cortesanescos de grande número de letrados e de membros da fidalguia. O jogo de forças políticas no interior do estado e sua implicação com o ideal cortesanesco, vivido por mais de um século na sociedade portuguesa, vai favorecer a ambição, a inveja, a adulação e a hipocrisia da corte, que é retratada e criticada em profusão nas obras do nosso século de ouro, desde a tratadística pedagógica e filosófico-moral, às diferentes formas de poesia, à arte dramática.

No tempo de D. Manuel (1495-1521) chega-se ao epílogo da longa história de descobrir. Vive-se o fausto e o luxo da corte mais prestigiada da Europa, que sustenta a ociosidade e a mania nobiliárquica dos cortesãos, numa Lisboa exótica e cosmopolita<sup>28</sup>. Os Jerónimos e a Torre de Belém

---

<sup>27</sup> Baldassare Castiglione (2002), *Il Cortigiano*, a cura di Amedeo Quondam. Milano.

<sup>28</sup> As fontes de riqueza, que sustentavam canais de consumo e não de investimento, o abandono da agricultura, a expulsão dos judeus e o seu massacre em Lisboa, em 1506, iriam contribuir a passos largos para a descapitalização interna, verificada nos reinados de D. João III, que teve de abandonar as praças de África e, de forma dramática, no reinado de D.

tornam-se símbolos da grandeza do império e impõem um estilo arquitectónico que recebeu a designação de “manuelino”. Os serões do paço são animados pelo teatro de Gil Vicente — que a rainha D. Leonor, viúva de D. João II protegia —, pela poesia palaciana, pela música, em que D. Manuel era aficionado, pela cultura das artes e das letras. Até aos moços negros da corte mandava o rei ensinar a Gramática.

A corte, sentida como meio ideal para a realização das virtudes humanas, a que deu viva voz Garcia de Resende, no “Prólogo” ao *Cancioneiro Geral*, publicado em 1516, requer “cavalleros blandos i enseñados”, no dizer de Sá de Miranda, na dedicatória do *Epitalâmio pastoril a António de Sá no casamento de sua filha*<sup>29</sup>. Era a ilustração viva dos ideais proclamados por *Il cortegiano* (1528), obra dedicada a D. Miguel da Silva, considerado por Baldassare Castiglione modelo de urbanidade<sup>30</sup>. Boscán depressa a divulgará em língua castelhana.

Numa palavra, a retórica de corte, em todas as suas vertentes, complementares entre si, pedagógica e civil, literária e artística, imprime uma singular especificidade ao discurso do Primeiro Humanismo Português, que se traduz no ideal de realização plena do humano, próprio da educação moderna, e se assume como expressão de identidade de um povo de vocação universal, ao tempo das Descobertas.

---

Sebastião. O tratado *De regis institutione et disciplina* de D. Jerónimo Osório (1572) denuncia de forma insistente esta realidade, e.g. Hieronymi Osori Lusitani, Episcopi Algarbiensis, *Opera omnia*. Romae. Ex Bibliotheca Georgij Ferrarij, MDXCII: I. 528.20 - 530. 30.

<sup>29</sup> Veja-se a dedicatória do *Epitalâmio pastoril a António de Sá no casamento de sua filha*, in *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. Edição feita sobre cinco manuscritos ineditos e todas as edições impressas, acompanhada de um estudo sobre o Poeta, variantes, notas, glossário e um retrato por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1885) Halle: 501, onde se encontra o passo citado; vide ainda, a este propósito, a carta de António Pereira Marramaque a Diogo de Castro, referida por Eugenio Asensio (1974) *Estudios Portugueses*. Paris: 168.

<sup>30</sup> Vide Sylvie Deswarte (1989), *Il ‘perfetto cortegiano’ D. Miguel da Silva*. Roma.

**BIBLIOGRAFIA**

- Carvalho, Joaquim de. *Estudos sobre a cultura portuguesa do séc. XVI*, 2 vols. Coimbra: II.
- Chaves, Álvaro Lopes de. *Livro de apontamentos (1438-1489)*. Ed. A. M. Salgado. Lisboa, 1984.
- Costa, A. D. Sousa. “Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II”. *Biblos* 63 (1987): 253-334.
- Garin, Eugenio. “Radici ideali/ L'attualità del Rinascimento: Cinquecento siamo noi”. *Panorama* 1174 (16 de Outubro 1988): 124-131.
- Kristeller, P. O. *The Classics and Renaissance Thought*. Cambridge, 1955.
- . “Umanesimo filosofico e umanesimo letterario”, in *Lettere Italiane* 14.4 (1962): 391.
- Martins, J. V. de Pina, *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal*, 2 vols. Lisboa, 1989.
- Mendonça, Manuela, *D. João II*. Lisboa, 1991.
- Nair N. Castro Soares. “A Virtuosa Benfeitoria, o primeiro tratado de educação de príncipes em português”, *Biblos* 69 (1993): 289-314.
- . *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra, 1994: 246-290.
- Pereira, Belmiro Fernandes, *Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento*. Coimbra (tese de doutoramento dactilografada), 2005.
- Percival, W. Keith. “Grammar and rhetoric in the Renaissance”, in *Renaissance eloquence*, ed. J. Murphy. Berkeley: University of California Press, 1983: 303-330.
- Ramalho, A. Costa. *Latim Renascentista em Portugal. Antologia*. Coimbra, 1994.
- Sículo, Cataldo Parisio. *Epistolae et orationes quaedam*. Edição facsimilada com introdução de A. Costa Ramalho. Coimbra, 1988.
- Sousa, Armindo de. *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*. Porto, 1990.
- Vasoli, Cesare. “Il cortigiano, il diplomatico, il principe. Intellettuali e potere nell'Italia del Cinquecento”. *La corte e il cortigiano. II: un modello europeo*. Roma, 1980: 173 e ss.

## RETÓRICA DE CORTE NO PRIMEIRO HUMANISMO EM PORTUGAL

**RESUMO:** O processo formativo do Homem e a sua educação integral privilegiam a componente retórica, indispensável à capacidade oratória, à arte da palavra. A nova era, a que a corte de Avis serviu de pórtico, manifesta um enorme interesse pela formação dos cidadãos, à semelhança do famoso “humanismo cívico” florentino. A abertura ao movimento humanista e aos novos métodos pedagógicos não se fez sem uma certa resistência da instituição universitária. Foi sobretudo na corte, e dentro do mecenatismo régio ao ensino dos nobres, que, tanto em Portugal como na Espanha, a modernidade no ensino das *humaniores litterae* se impôs definitivamente. A oratória civil, a força civilizadora da palavra, a afirmação do poder real, a acção humana, o ideal cortesanesco e a gesta lusa, as armas e as letras imprimem um cunho de identidade nacional a esta época áurea das cortes europeias.

**ABSTRACT:** The moral and integral education of Man privileges rhetoric, essential to oratory, the art of word. The era inaugurated by the dynasty of Avis shows a great interest in the education of citizens, inspired by the Florentine “civic humanism”. The openness to the Humanistic Movement and to new pedagogical methods faces some resistance from universities. It was especially in the court, and in the context of the royal patronage to the education of the poor, that the modern teaching of *humaniores litterae* became a practice in Portugal and Spain. The civil oratory, the civilizational strength of the word, the royal dominance, and the human action, the courteous ideal, and the Lusitanian adventure, the arms and the letters, reinforce the national identity in this golden age of the European royal court.